

Costurando a Rede da Criança e do Adolescente de Ubatuba



POLÍTICAS PÚBLICAS, SGDCA – SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A RELAÇÃO COM O SUS E SUAS

DIVISÃO DAS AULAS DO CURSO

- AULA 1: “Conceito de Políticas Públicas e seus tipos” até slide 43
- AULA 2: “O que é o SGDCA e Caracterização de Rede” 44 – 109
- AULA 3: “Como se organiza o SGD – os 3 eixos” 110 - 153
- AULA 4: “O SGDCA e sua relação com SUS e SUAS” 154 – 188
- Reflexões Finais 189 – 191

CONCEITO DE POLITICAS PÚBLICAS

O que é e para quem são???



- Políticas públicas, em linhas gerais, são um conjunto de ações e programas desenvolvidos pelo Estado, através dos seus governos, para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal.
- De acordo com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o conceito de **políticas públicas** diz respeito a um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas encontrados na sociedade.

- Além desses direitos, outros que não estejam na lei podem vir a ser garantidos através de uma política pública. Isso pode acontecer com direitos que, com o passar do tempo, sejam identificados como uma necessidade da sociedade.
- As políticas públicas existem em todas as esferas de governo, ou seja, há ações em nível federal, estadual e municipal. E podem estar presentes em todas as áreas, como saúde, educação, segurança, moradia, transportes, trabalho, assistência social e meio ambiente.

Abordagem Multicêntrica

- Na abordagem multicêntrica das políticas públicas, o destaque não se destina ao autor que formulou a política, mas sim a origem do problema que deve ser enfrentado, que, normalmente, está relacionado com alguma outra questão, que também é pública. Nessa abordagem, não só o governo é propulsor de **políticas públicas**, mas também os movimentos sociais, ONGs e sociedade civil organizada como um todo.

Quem são os responsáveis pela criação das Políticas públicas?

- A criação e a execução dessas políticas passa por um trabalho em conjunto dos três Poderes que compõem o Estado. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública, o Executivo é o responsável pelo planejamento e pela aplicação e o Judiciário faz o controle da lei criada e verifica se ela é adequada para cumprir o objetivo.

- A execução das políticas públicas é tão importante para o bom funcionamento da sociedade que, desde 1989, existe a carreira de especialista em políticas públicas. Segundo a lei que criou esse cargo, é o profissional especializado na formulação, implementação e avaliação de resultados de políticas públicas.

REFLEXÃO

- As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do **conflito social** nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.
- Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de **mediações sociais e institucionais**, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

- **Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem.**
- São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente.
- Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Como se formulam as Políticas Públicas?

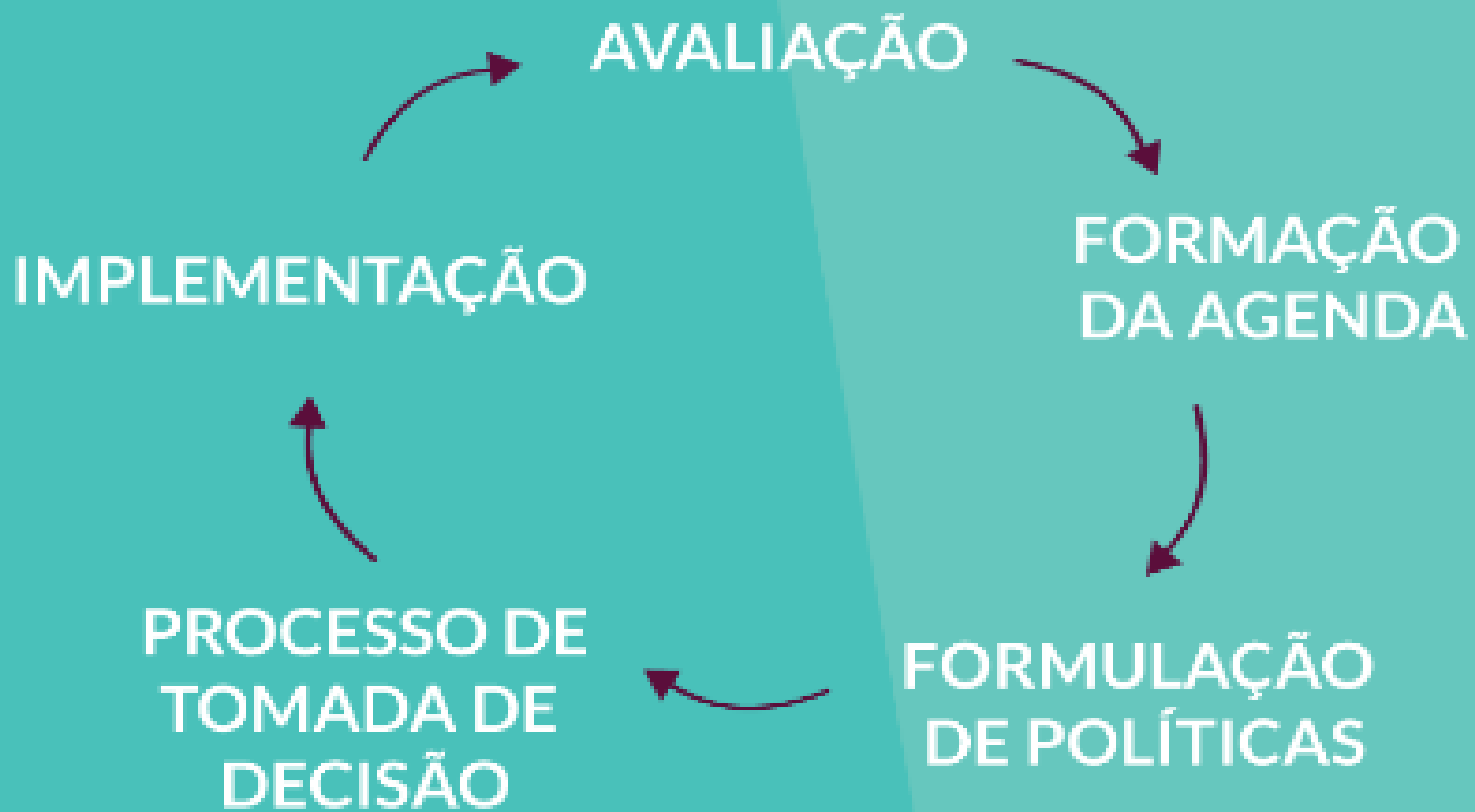
- As políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos.
- A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui.

- Assim, no caso da Assistência Social, Educação e da Saúde, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Audiências públicas, encontros e conferências setoriais são também instrumentos que vem se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processo de participação e controle social.

Lei da Transparência

- A Lei Complementar n.º 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, quanto à participação da sociedade, assim determina:
- “I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;”
- “II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;”
- Assim, de acordo com esta Lei, todos os poderes públicos em todas as esferas e níveis da administração pública, estão obrigados a assegurar a participação popular. Esta, portanto, não é mais uma preferência política do gestor, mas uma obrigação do Estado e um direito da população.

O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Ciclo de políticas públicas

- É chamado de ciclo de políticas públicas o conjunto de etapas pelas quais deve passar uma ação até que seja implantada. Essas fases são as seguintes:
- **1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA:** fase de reconhecimento de situações ou problemas que necessitam de uma solução ou melhora;
- **2 - FORMAÇÃO DA AGENDA:** definição pelo governo de quais questões têm mais importância social ou urgência para serem tratadas;

- **3 - FORMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS:** fase de estudo, avaliação e escolha das medidas que podem ser úteis ou mais eficazes para possibilitar a solução dos problemas;
- **4 - TOMADA DE DECISÃO:** etapa em que são definidas quais as ações serão executadas, levando-se em conta análises técnicas e políticas a respeito das conseqüências e da viabilidade das medidas;
- **5 - IMPLEMENTAÇÃO:** momento de ação, é quando as políticas públicas são colocadas em prática pelos governos;
- **6 - AVALIAÇÃO:** depois de posta em prática é preciso que se avalie a eficiência dos resultados alcançados e quais ajustes possam ser necessários;

QUAIS OS ATORES ENVOLVIDOS NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICAS PÚBLICAS?

- Os atores políticos são as partes envolvidas nos conflitos. Porém nem sempre as Políticas Públicas emergem de conflitos. Elas são, no fundo, um processo, com múltiplos atores sociais, que atuam de modo concertado. Daí o termo "concertação" muitas vezes encontrado na literatura sobre o tema.

- Esses atores ao atuarem em conjunto após o estabelecimento de um projeto a ser desenvolvido onde estão claras as necessidade e obrigações das partes chegam a um estágio de harmonia que viabiliza a política pública.
- **Atores Públicos:** Políticos Eleitos, Burocratas, Tecnocratas, deputados e outros
- **Atores Privados:** Empresários, trabalhadores etc.

EXEMPLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- A educação e a saúde no Brasil são direitos universais de todos os brasileiros. Assim, para assegurá-los e promovê-los estão instituídas pela própria Constituição Federal as políticas públicas de educação e saúde.
- O meio ambiente é também reconhecido como um direito de todos e a ele corresponde a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal n.º 6.938.

EXEMPLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- A água é concebida na Carta da República como bem de uso comum. Para proteger este bem e regulamentar seu uso múltiplo foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídrico mediante a Lei Federal nº 9.433.
- A Assistência Social é direito de todos reconhecido pela Constituição de 1988, instituída pela Política Nacional de Assistência Social, pela Resolução CNAS nº145/2004.

EXEMPLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos níveis Federal e Municipal

- **Nível Federal**
- O Programa Mais Educação é um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento em Educação e a principal ação indutora para a agenda de educação integral no país. Criado em 2007, o programa tem como foco a ampliação da jornada escolar e reorganização curricular, visando uma educação integral, com um processo pedagógico que conecta áreas do saber à cidadania, ao meio ambiente, direitos humanos, cultura, artes, saúde e educação econômica.

- O Programa é coordenado pela Coordenação de Ações Educacionais Complementares da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com as Secretarias estaduais e municipais de educação. Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, o Mais Educação aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macro campos, como, por exemplo, acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica.

- As atividades tiveram início em 2008, com a participação de 1.380 escolas, em 55 municípios, nos 27 estados para beneficiar 386 mil estudantes. Em 2009, houve a ampliação para cinco mil escolas, 126 municípios, de todos os estados e no Distrito Federal com o atendimento previsto a 1,5 milhão de estudantes, inscritos pelas redes de ensino, por meio de formulário eletrônico de captação de dados gerados pelo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC). Hoje, o Mais Educação está em quase 50 mil escolas nos 26 estados e Distrito Federal.

É possível ver claramente o objetivo, o público alvo e até mesmo o impacto social alcançado.

- **Nível Municipal**
- Criados pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em 2001, os **Centros Educacionais Unificados (CEU)** são equipamentos públicos que integram ações educativas, esportivas e culturais em diferentes regiões da cidade.
- A decisão de implementar os Céus se deu em discussão de orçamento participativo da cidade e, desde então, tem como agenda incentivar a participação da comunidade na sua gestão e organização. O projeto teve como modelo as [Escolas-Parque](#) (1947), em acordo com a agenda programática do educador Anísio Teixeira.

- As unidades são compostas por uma complexa estrutura que reúne espaços de educação infantil e fundamental, espaços para produção cultural (teatros, salas de artes, salas de informática) e espaços esportivos (quadras, piscinas, áreas de recreação).
- A programação das unidades contempla também a comunidade local, que, segundo pressuposto do programa, tem como objetivo ser um espaço público com múltiplas funcionalidades. Atualmente são 45 Céus na cidade de São Paulo.

Tipos de Políticas Públicas

- As políticas públicas podem ter vários objetivos e particularidades distintas. São muitos tipos de Políticas Públicas e iremos apresentar os principais modelos que auxiliam na compreensão dos conceitos relacionados as Políticas Públicas. A princípio, política pública são as atitudes tomadas ou não pelo governo e os impactos dessas ações e omissões.
- Nesse tipo de política, busca-se compreender o que se quer fazer e o que deixou de ser feito. Além disso, podem explicar regras para ação e solução de possíveis problemas. Sendo assim, as políticas públicas podem ser divididas em três tipos:

**Políticas Públicas Distributivas;
Políticas Públicas Redistributivas;
Políticas Públicas Regulatórias.**

POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUTIVAS

- As políticas públicas distributivas possuem objetivos pontuais relacionados ao oferecimento de serviços do estado e equipamentos. Esse caso é financiado pela sociedade por meio de um orçamento público que beneficia grupos pequenos ou indivíduos de distintas camadas sociais. Esse tipo de política possui pouca oposição na sociedade, mas não é dada universalmente a todos.
- É muito comum no Brasil o uso desse tipo de política e é bastante desenvolvido pelo Poder Legislativo. Primeiramente porque a camada mais pobre da população brasileira apresenta necessidades individuais e pertinentes devido a falta de recurso para todos e também porque elas representam a força daquele político que troca esse assistencialismo por votos.

Exemplos:

- - A doação de cadeiras de rodas para deficientes físicos;
- - Oferta serviço para pavimentação de ruas.

- Entretanto, nem toda política distributiva pode ser considerada assistencialista, mas no Brasil é muitas vezes usado em época eleitoral. Casos de enchentes, por exemplo, são denominadas distributivas, mas não podem ser chamadas de assistencialista ou clientelistas.
- Passaram a aplicar essas políticas de uma maneira mais igualitária após a criação das LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, criada em 1988, que dá sustentação legal a assistência social. Após a criação das LOAS os programas de assistência social devem ser contínuos, os cidadãos devem ter acesso aos serviços, os cidadãos devem exigir os direitos reservados por lei e dá autonomia para os usuários.

Políticas Públicas Redistributivas

- Esse tipo de política pública visa redistribuir a renda em forma de financiamento em serviços e equipamentos e na forma de recursos. Nesse caso, as camadas mais altas da sociedade são as responsáveis por financiar as pessoas rendas menores, os chamados beneficiários.

Exemplos:

- - Isenção do IPTU para determinados cidadãos em detrimento ao aumento desse imposto para pessoas com maior poder aquisitivo;
- - Programas habitacionais para população de baixa renda.

- As políticas redistributivas atingem uma grande parte da população e são vistas como direitos sociais. Nesses casos as chances de discordância são maiores, pois a parte da população que é “penalizada”, costuma ser mais organizada politicamente.
- Muitos governos realizam a redistribuição desses valores não só na forma financeira, mas também como serviços disponibilizados pelo governo como forma de reduzir a resistência dessas camadas da sociedade.

Políticas Públicas Regulatórias

- As políticas regulatórias são criadas para avaliar alguns setores no intuito de criar normas ou implementar serviços e equipamentos. É essa política a responsável pela normatização das políticas distributivas e redistributivas, ou seja, está mais relacionada à legislação.
- Esses casos atingem pequenos grupos da sociedade e não exatamente um grande grupo social. Ou seja, elas incidem de maneira diferente em cada segmento social. Grande parte da sociedade não tem ciência do que são as políticas regulatórias e muitas vezes só reclamam quando são prejudicados de alguma forma.

Exemplo:

- -Limitação das vendas de determinados produtos.

As Políticas Públicas e a Assistência Social

- Com a promulgação da Constituição da República Federal de 1988, a **ASSISTÊNCIA SOCIAL** passou a ter status de política pública, na qualidade de um direito fundamental e social.
- A Política de Assistência Social no Brasil faz parte de um Sistema de Proteção Social amplo, denominado Seguridade Social. A seguridade social é definida na Constituição Federal, no artigo 194: “como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.
- É, portanto, integrante do sistema de **seguridade social** no Brasil, juntamente com as políticas de previdência social e de saúde.

Constituição Federal

- Artigo 203: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos”:
 - I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 - III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 - V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

POLITICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como política social pública, a assistência social inicia seu transito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

A LOAS vai criar uma nova matriz para a Assistência Social iniciando um processo que tem como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem

A inserção na Seguridade aponta também para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

SUAS: novo desenho institucional com a centralidade do Estado na universalização da cobertura para serviços, programas, benefícios e projetos sob sua responsabilidade e na garantia de direitos e de acessos a esses

A LOAS

- A Lei nº 8.742/1993, também conhecida como Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) foi criada como forma de regulamentar o disposto nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento da Assistência Social.

- A LOAS, traz um novo significado para a Assistência Social enquanto Política pública de seguridade, direito do cidadão e dever do Estado e prevê um sistema de gestão descentralizado e participativo.
- Cria também o Conselho Nacional de Assistência Social, com composição paritária, deliberativo e controlador da política de assistência social, para que fossem aplicados os pressupostos da Constituição Federal e LOAS; Tendo como objetivos, a proteção social, vigilância sócioassistencial e defesa de direitos.

- Como a Assistência Social se define como Política Pública???
- A organização da Assistência Social prevê intervenções que podem ser caracterizadas como serviços, programas, projetos e benefícios. Entre os benefícios ofertados pela LOAS, temos o BPC (Benefício de prestação Continuada), que é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

- O Sistema Único da Assistência Social - SUAS - é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Configura-se como o novo reordenamento da Política de Assistência Social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações. O SUAS materializa o conteúdo da LOAS.

Mais a frente veremos como funciona o SUAS e sua relação com as outras políticas e com o SGDCA

- Avaliar os impactos da Política de Assistência Social na vida dos cidadãos é condição igualmente importante em função da escassez de conhecimento e dados referentes à população que recorre a Assistência Social para satisfazer suas demandas histórica e socialmente produzidas, pois “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças” (YASBEK, 2004, p.22).

Qual a função da Assistência Social enquanto Política Pública?

- Com relação à assistência social, enquanto política integrante da seguridade social, compreendendo um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tem-se assim, um direito do cidadão em ter provido, pelo Estado, os meios de acesso a estes direitos, não podendo mais ser entendido como favor ou caridade, porém, a mesma se caracteriza como um sistema híbrido, uma vez que conjuga direitos derivados do trabalho sob a lógica do seguro social (previdência), com direito universal (saúde) e com direitos seletivos (assistência).

Para fixar...

Política pública da assistência social: marcos legais e normativos



Exercício de Fixação

Mediante o conhecimento do funcionamento do ciclo de criação das políticas públicas:

- 1)Faça uma análise da realidade municipal e identifique uma questão alvo;
- 2)De acordo com os slides, a criação de uma PP prevê alguns passos e um fluxo da questão acima apresentada;
- 3)Quais os atores envolvidos na construção do PP;
- 4)Qual o tipo de PP foi criada?
- 5)Em que área dos direitos fundamentais ela se enquadra?
- 6)Qual o resultado esperado? Qual o impacto social?
- 7) Quais os principais entraves na criação da PP?

OBRIGADA A TODOS!

Contato:

Ana Paula de Almeida Miranda
das.cbanapaula@hotmail.com